

BIBLIOGRAFIA

CRÍTICA

ADMINISTRATIVE PLANNING AGENCIES
IN THE FEDERAL GOVERNMENT —
Washington, D. C. — Government Printing Of-
fice — 1942 — 195 págs.

(Crítica de SPENCER D. PARRATT, *Syracuse
University*)

O objetivo desta publicação, editada pela Divisão do Pessoal Civil do Ministério da Guerra, se harmoniza com a definição de planejamento administrativo dada pelo Sr. Donald Stone, diretor-assistente do Bureau do Orçamento. Segundo este autor, o planejamento administrativo “compreende o desenvolvimento de uma organização perfeita, o método de provê-la de pessoal, as normas e processos a seguir, e a direção e coordenação das atividades”. Exceto para fins inevitáveis de interpretação, tal definição foi usada como base para o levantamento analítico de quinze departamentos e vários *bureaux*, comissões, repartições, serviços e estabelecimentos, apenas no que se refere à existência de unidades administrativas detentoras das atribuições especificadas na referida definição. A principal finalidade do levantamento analítico foi esclarecer o Ministério da Guerra no sentido de aproveitar, da melhor maneira possível, a experiência de outras repartições governamentais, afim de satisfazer os problemas decorrentes da expansão e multiplicação de suas atividades.

O método usado nesse inquérito vem claramente expresso. Foi elaborado um questionário como base para a coleta de informações e análise das unidades abrangidas na pesquisa. Este questionário acha-se convenientemente apresentado no começo do volume. Segue-se uma análise dos resultados do inquérito, num total de quarenta páginas, compreendendo assuntos de organização interna das repartições estudadas, a relação entre essas repartições e os chefes de departamentos administrativos ou de outros órgãos importantes, bem assim as funções das próprias repartições examinadas. Cada um dos órgãos administrativos analisados aparece num apêndice, de sorte que quasi todo o estudo consta de anexos que trazem os detalhes de organização e funcionamento das repartições atingidas pelo inquérito. A riqueza de descrição

permite que qualquer chefe, defrontado com o problema da máxima utilização de seus recursos, obtenha preciosas sugestões. Os autores do inquérito evitaram, todavia, fazer generalizações — mérito êsse que valoriza a publicação, por causa de sua natureza antes exploratória do que definitiva.

Embora tenha havido evidente cuidado em obter dados descritivos comparáveis e relativamente completos — dentro de uma prefixada definição de objetivos — nenhuma tentativa tem sido feita para determinar as relações entre as várias repartições de planejamento pertencentes a diversos departamentos e órgãos mais importantes, ou do mesmo nível que êles. Deixou-se de fazer o comentário crítico da posição que devem ocupar, em cada plano, as repartições incumbidas do planejamento de pessoal, orçamento, fiscalização e elaboração legislativa. Foi indicada, porém não discutida, a existência de um problema geral inerente ao desenvolvimento de nossa prática administrativa. O problema do planejamento administrativo, num sentido mais amplo — pelo qual os propósitos da legislação sejam eficientemente postos em execução ininterrupta, dentro do quadro da autoridade discricionária, e com o mínimo de atrito interno e o máximo de consideração pelos interesses dos cidadãos — está além dos objetivos colimados por êste inquérito. Neste sentido, pode-se dizer que o presente estudo trata dos meios de executar os fins, independentemente da natureza dêsses próprios fins. Embora justificados pelos objetivos da pesquisa, as suas investigações parecem indicar a necessidade de novas análises com alcance e discernimento maiores antes que possa ser apreciada uma adequada perspectiva da função de planejamento administrativo.

INDICAÇÕES

PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA PARA 1943 —
*Relatório da Comissão de Orçamento, Ministério
da Fazenda* — Rio de Janeiro — Imprensa Na-
cional — 607 páginas.

A Comissão de Orçamento do Ministério da Fazenda acaba de publicar o relatório com que apresentou a proposta orçamentária para 1943.

Os servidores civis e, com especialidade, os chefes de serviços, bem como os estudiosos dos problemas de nossa administração pública federal, encontrarão no presente documento valiosos subsídios técnicos e doutrinários que os habilitarão a uma exata compreensão dos recursos financeiros de que dispõe o Governo da União para o custeio dos serviços públicos federais.

O perfeito conhecimento do plano de realizações do Governo só poderá, de fato, ser alcançado mediante um cuidadoso e pormenorizado estudo do que realmente significam, para cada setor administrativo e para o conjunto dos órgãos governamentais, as cifras orçamentárias da despesa e da receita.

Além dos capítulos que tratam propriamente da análise da receita e da despesa, segundo foram propostas para o exercício financeiro de 1943, contém este Relatório numerosos e oportunos tópicos de caráter histórico, doutrinário e técnico sobre assuntos orçamentários.

Logo na *Introdução*, encontrará o leitor dois interessantes capítulos: um sobre o *Sistema de elaboração orçamentária*; e outro intitulado *Evolução econômica brasileira a partir de 1808*. Na primeira parte, descobrirá um bem documentado estudo sobre o palpitante problema de *Finanças de Guerra*, abrangendo os três seguintes capítulos: III — *A política financeira do governo imperial em face da guerra do Paraguai*; IV — *As finanças da República e a primeira guerra mundial*; e V — *O financiamento da guerra atual*.

Na segunda parte do Relatório, acham-se focalizados importantes aspectos doutrinários da *Tributação Indireta*, através dos seguintes capítulos: VI — *Doutrina, vantagens e inconvenientes*; VII — *Formação do Imposto de Consumo no Brasil*; e VIII — *O Imposto de Consumo na política financeira de seus implantadores*.

Aos estudiosos dos problemas técnicos da confecção orçamentária, será especialmente útil a leitura dos seguintes tópicos: primeiro capítulo da *Introdução*, que trata da organização e princípios doutrinários do atual sistema de elaboração orçamentária; nono a décimo segundo capítulos da terceira parte, que dissertam minuciosamente sobre o problema das estimativas da receita, pondo em destaque os principais critérios peculiares à aplicação do novo método de previsão das rendas públicas adotado pela Divisão da Receita da Comissão

de Orçamento; e, finalmente, o décimo quarto capítulo da quinta parte, que descreve o processo de fixação da despesa aplicado pela Divisão da Despesa da mesma Comissão, além de apresentar as razões e justificativas das alterações feitas por esta última Divisão nas propostas parciais que lhe são submetidas para exame.

O texto do Relatório vem amplamente ilustrado com numerosos quadros comparativos e 40 gráficos estatísticos, que muito elucidam o leitor sobre a verdadeira significação das cifras orçamentárias.

Quer como simples publicação de consulta obrigatória para o serviço quotidiano, quer na qualidade de documento de pesquisa, pelo copioso material histórico e doutrinário que encerra, o Relatório da Comissão de Orçamento sobre a proposta orçamentária para 1943 é, sem dúvida, um trabalho de elevado alcance teórico e prático, cuja leitura se impõe aos administradores e aos estudiosos de assuntos econômicos e administrativos, e cuja apresentação constitui mais um título altamente recomendável para o trabalho desenvolvido por aquele órgão técnico do Ministério da Fazenda.

SOCIAL INSURANCE AND ALLIED SERVICES — *Memoranda from Organisations* — Appendix G to Report by Sir WILLIAM BEVERIDGE — His Majesty's Stationery Office — Londres — 244 páginas.

Em nossa edição anterior, tivemos oportunidade de fazer a indicação bibliográfica do relatório de Sir William Beveridge, intitulado *Social Insurance and Allied Services* e que incluía num só volume os anexos A a F.

Graças à cortezia do representante do Conselho Britânico nesta Capital, a redação desta *Revista* acaba de receber o *Appendix G*, denominado *Memoranda from Organisations* e impresso separadamente.

Esta publicação contém uma coletânea das respostas dadas ao Comité Inter-departamental de Seguro Social e Serviços Congêneros por numerosas organizações, em consequência de um vasto inquérito por êle empreendido e cuja interpretação resultou nesse importante documento de assistência e previdência social que é o plano Beveridge. Entretanto, nem todas as declarações prestadas por organizações e indivíduos durante o inquérito foram incluídas no *Appendix G*. Neste sentido,

adverte Sir William Beveridge, em breve nota introdutória a esta publicação: "Nas condições anormais impostas pela guerra, julgamos imperioso restringir o número de publicações, tendo sido feita uma seleção adequada no sentido de serem impressos apenas os memorandos concernentes a assuntos de interesse geral ou a importantes questões de política, tais como a organização de sociedades reconhecidas pelo Governo e os sistemas de remuneração do trabalho e de seguros contra acidentes industriais".

Este opúsculo afigura-se imprescindível para o completo esclarecimento das múltiplas questões ventiladas no relatório Beveridge.

TOP-MANAGEMENT ORGANIZATION AND CONTROL — *A research study of the management policies and practices of thirty-one leading industrial corporations* — PAUL E. HOLDEN, LOUNSBURY S. FISH e HUBERT L. SMITH — Stanford University Press — California — Terceira impressão — 239 páginas.

Este livro vem trazer uma contribuição recente à bibliografia, relativamente restrita, dos problemas de organização do nível mais elevado da gerência administrativa. Trata-se de uma síntese interpretativa dos resultados de um inquérito empreendido junto a trinta e uma das maiores corporações industriais dos Estados Unidos da América. Esse inquérito, realizado sob os auspícios da *Graduate School of Business*, da *Stanford University*, exigiu sete meses de preparação e conseqüente coleta de informações, havendo a composição do presente volume exigido, depois disso, um período de seis meses exclusivamente consagrado pelo autor e seus assistentes de pesquisa à coordenação e análise do material obtido.

Os sistemas adotados pelas corporações industriais constituíram excelente material informativo para que os autores pudessem estabelecer princípios e categorias de organização e controle do nível superior da gerência administrativa.

O presente trabalho tem por objetivo apresentar um repositório de sugestões e fórmulas úteis, cuja aplicação — segundo adverte o principal autor da obra, Sr. Paul E. Holden — deve ser feita atendendo-se às peculiaridades de cada setor administrativo.

As matérias contidas no presente volume são as seguintes:

A — *Sumário e Conclusões*; B — *Práticas de organização*; C — *Processos de Controle*; e um anexo intitulado *Conselho de Diretores*.

ORGANIZAÇÃO E REORGANIZAÇÃO DE SERVIÇOS (Administrativos e Comerciais) — HÉSIO FERNANDES PINHEIRO — Edição "Revista Forense" — Rio de Janeiro — 1943 — 234 páginas.

O propósito principal deste livro é expor como deve ser elaborado um plano de reorganização administrativa. O autor, valendo-se de sua experiência nesse importante ramo da técnica de administração, traça, com segurança e critério, um desenvolvimento sistemático e minucioso dos processos que devem ser usados na reorganização racional de um serviço administrativo, tanto do ponto de vista estrutural quanto funcional.

A obra não está isenta de considerações teóricas, que, todavia, se orientam no sentido de sugerir soluções práticas, muitas das quais refletem o pensamento original do autor — como, por exemplo, as que se referem à simplificação do excessivo formalismo burocrático, à técnica de elaboração de formulários e modelos impressos em geral, e à organização de um serviço de comunicações e arquivo como ponto central de movimentação de papéis.

A matéria contida no presente volume se distribue pelas seguintes partes: Prefácio — *Introdução*: I — Sinopse histórica da evolução e organização do trabalho industrial; II — Organizar e reorganizar; III — Algumas considerações sobre o plano do trabalho e esquema geral desse plano. — *Desenvolvimento*: 1.^a fase — Do levantamento analítico; 2.^a fase — Da elaboração do plano de reorganização; e 3.^a fase — Da implantação e do controle dos resultados — *Bibliografia* — *Índices*: alfabético e geral.

PUBLICAÇÕES RECEBIDAS

Recebemos e agradecemos:

Exercício de função pública e direito aos vencimentos, por Luiz Gonzaga Leite Chaves — Departamento Jurídico da Prefeitura do Município de São Paulo — 1943.

A cláusula-ouro nas concessões de serviço público, por Carlos Alberto A. de Carvalho Pinto — Idem, idem.

Curta viagem ao meio gráfico nortamericano — Relatório da viagem do Sr. Rubens Pôrto aos EE.UU. da América em 1941 — Imprensa Nacional — Rio, 1943.

Informações úteis do Serviço de Propaganda Sanitária — P.D.F. — Secretaria Geral de Saúde e Assistência — Imprensa Nacional — 1943.

Jurisprudência — Órgãos da Administração — Vols. III, IV e V — Imprensa Nacional — Rio, 1943.

Seguros agro-pecuários — Boletim n. 6, abril de 1943 — Departamento de Assistência ao Cooperativismo — Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio do Estado da Baía.

As realizações do Governo do Presidente Getulio Vargas no Departamento Nacional de Portos e Navegação — Janeiro de 1931 a dezembro de 1941 — M.V.O.P.

Labor Conditions in Latin America — U.S. Department of Labor — Bureau of Labor Statistics.

Rebuilding Britain — Published for The Royal Institute of British Architects — February 1943 — Enviada pelo representante do Conselho Britânico nesta capital.

Trabalho e Seguro Social — Março de 1943 — Emp. "A Noite".

Boletim PMC — Prefeitura Municipal de Curitiba.

Boletim do Ministério das Relações Exteriores — N. 4, 1943, e índice alfabético e remissivo dos ns. 7 a 12 de 1942.

Ciência Política — Órgão oficial do Instituto Nacional de Ciência Política — Ns. de fevereiro e março de 1943.

Revista do IRB — Junho de 1943.

Inapiários — Maio de 1943.

Revista de Organização Científica — I.D.O.R.T. — Abril de 1943.

Coop — Síntese mensal do movimento cooperativo baiano — Janeiro de 1943.

Revista Forense — Maio de 1943.

El Ingeniero — Organo oficial del Centro de Ingenieros de Cordoba — N. 46 — Noviembre de 1942.

Boletín — Ministerio de Agricultura, Comercio e Industrias — Republica del Paraguay — Diciembre de 1942.

Relatório de 1942 — Banco do Brasil S.A.

Relatório de 1942 — Diretoria do Domínio da União.

Relatório de 1941 — Departamento Nacional de Portos e Navegação.

SERVIÇO DE INTERCÂMBIO DE CATALOGAÇÃO

COMPRE A CATALOGAÇÃO DE SEUS LIVROS

— NA —

IMPRENSA NACIONAL

TABELA DE PREÇOS

I — Vendas avulsas

FORMA DO PEDIDO DAS FICHAS	A 1.ª FICHA DE CADA TÍTULO	DA 2.ª FICHA DE CADA TÍTULO EM DIANTE
Pelo número	Cr\$ 0,30	Cr\$ 0,20
Pelo nome dos autores	Cr\$ 0,40	Cr\$ 0,20
Pelo assunto do livro	Cr\$ 0,40	Cr\$ 0,20

II — Assinaturas

ESPECIES	ANUAL	SEMESTRAL	SERIE DE 200 FICHAS
Pelo número (tudo que for editado)..	Cr\$ 400,00	Cr\$ 250,00	—
Por autores (à escolha do assinante)..	—	—	Cr\$ 50,00
Por assuntos (indicados pelo assinante)	—	—	Cr\$ 70,00

BASES DO S. I. C.

- I — Cada Biblioteca-cooperante fornecerá a catalogação de todo o seu acervo, para que seja impresso e fornecido às demais;
- II — A Imprensa Nacional doará a cada Biblioteca-cooperante 15 fichas gratuitas do livro que houver catalogado;
- III — Cada Biblioteca-cooperante tomará assinatura anual na Imprensa Nacional, bem como cederá seus direitos autorais das fichas dos livros que houver catalogado;
- IV — A Biblioteca do Departamento Administrativo do Serviço Público fará o trabalho de revisão tipográfica do material catalogado, para fins de uniformização;
- V — Os preços de assinatura entendem-se para uma edição de 2.500 fichas, em 1943, podendo ser tomada em qualquer época com direito ao recebimento das fichas já editadas.

INDEPENDENTEMENTE DE QUALQUER COLABORAÇÃO, TODAS AS BIBLIOTECAS PODERÃO SER ASSINANTES DO S. I. C., ADQUIRINDO NA IMPRENSA NACIONAL, QUASI PELO PREÇO DAS FICHAS EM BRANCO, A CATALOGAÇÃO DE SEUS LIVROS.

A REVISTA DO SERVIÇO PÚBLICO ESTÁ SENDO CATALOGADA ANALITICAMENTE PELO S. I. C.